



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 21 - dezembro de 2018

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2018i21p38-53>

Da alteridade e da identidade: o caso dos estudos anglo-portugueses

On alterity and identity: the case of anglo-portuguese studies

Gabriela Gândara Terenas*

RESUMO

O presente artigo pretende discutir a noção de alteridade em articulação com a de identidade, defendendo a indissociabilidade de ambas, nomeadamente no que diz respeito à construção de imagens do Eu e do Outro. Depois de uma perspectiva teórica assente em autores como Lacan, Hall, Bakhtine, Bhabha, Beller & Leerssen, entre muitos outros, o artigo centra-se no caso dos Estudos Anglo-Portugueses, cuja fundamentação teórica se baseia justamente nos dois conceitos referidos – alteridade e identidade –, ou seja, na relação entre o Outro (anglo ou luso) e o Eu (português ou anglo). Mediante a análise de diversos tipos de textos, a tarefa do investigador em Estudos Anglo-Portugueses reside em desconstruir os respectivos discursos e diagnosticar os processos por meio dos quais se estabelece uma relação inevitável entre alteridade e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade; Identidade; Anglo-portugueses; Eu/outro; Imagologia

ABSTRACT

This article addresses the notion of alterity in articulation with that of identity, arguing their inseparability, in particular with respect to the construction of images of the Self and the Other. After introducing a theoretical viewpoint based on authors such as Lacan, Hall, Bakhtine, Bhabha, Beller & Leerssen, among many others, the article focuses on the case of Anglo-Portuguese Studies, the theoretical foundation of which is based precisely on the two concepts referred to – alterity and identity – that is, in the relationship between the Other (English or Portuguese) and the Self (Portuguese or English). Through the analysis of several types of texts, the task of the researcher in Anglo-Portuguese Studies is to deconstruct the respective discourses and diagnose the processes through which the inevitable relationship between alterity and identity is established.

KEYWORDS: Other; Identity; Anglo-Portuguese; Self/other; Imagology

* Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas – Lisboa – Portugal – ggandarat@netcabo.pt

Fazer a experiência da diferença, sentir a resistência e a ‘materialidade’ características daquilo que difere, é refazer a experiência da própria identidade. O espaço que nos é próprio é cartografado pelo que está no exterior; extrai a sua coerência, a sua configuração tátil, da pressão exercida pelo exterior. A ‘alteridade’, sobretudo quando tem a riqueza e a penetração da linguagem, obriga a ‘presença’ a revelar-se”. (STEINER, 2002, p. 408-409).

O que são os Estudos Anglo-Portugueses? Que relação existe entre estes e os conceitos de alteridade e de identidade? Comece-se por tentar responder a essas questões evocando o pensamento de Sigmund Freud, revisitado por Jacques Lacan, em *The Language of the Self. The Function of Language in Psychoanalysis* (1981). Em *Totem und Tabu* (1913), Freud estabelece um paralelismo polêmico entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos, apresentando os povos primitivos como fósseis culturais bem preservados de fases primogênicas ao desenvolvimento humano. Essa assimilação do primitivo ao inconsciente faz do Outro da alteridade, nascido ao lado e ao mesmo tempo que o Eu, uma configuração simultânea da identidade e da alteridade. O potencial transgressivo do que se situa para além (na tópica freudiana e no próprio tempo) do consciente articula-se e, por vezes, funde-se com a alteridade de outras culturas, numa galeria infinita de espelhos. Assim, a busca da alteridade reflete e projeta, não raro com insuspeitada nitidez, a própria identidade, a qual, por seu turno, como defende Stuart Hall (2010) (evocando Michel Foucault), nunca é estática, mas, sim, dinâmica¹. Partindo desse pressuposto, tentar-se-á desenvolvê-lo e aplicá-lo, como fundamentação teórica e definidora dos Estudos Anglo-Portugueses, área que visa estudar a imagem que um Eu (português ou anglo) projeta de um Outro (anglo ou português), num dado contexto histórico-cultural, em textos de cariz muito diverso.

Para se entender o conceito de imagem aqui subjacente, retome-se o pensamento de Freud, de acordo com quem, as visões do mundo, isto é, os sistemas culturais parecem apresentar um modo de formação e configuração característico dos sonhos (BASTOS, 1997). Assim, num primeiro momento, trata-se de um processo primário de elaboração social, inconscientemente motivado e orientado para a realização vicarial de desejos recalçados. Num segundo momento, constituirá um processo de “revisão cultural secundária”, em que a atribuição de um novo significado permite uma racionalização sociocultural. Dessa perspectiva, a imagem do Outro (da cultura anglófona ou da cultura portuguesa) resultaria da segunda fase do processo, em que, de

¹ Cf. Hall, 2010, p. 49-50; Lacan, 1981, p. 27; Carvalho, 2000, p. 247-270; Terenas, 2004, v. I, p. 29-30.

forma consciente e racional, se atribuem determinados significados baseados em premissas. Porém, é do primeiro momento, de motivação inconsciente, oculta, mas verdadeiramente operante e real, que decorre o reconhecimento do Eu (português ou anglófono), ou seja, o dizer-se a si mesmo. Os mecanismos conscientes, as racionalizações, as imagens que se pretendem objetivas servem, no fundo, de moldura para as motivações inconscientes, as quais põem os primeiros a seu serviço. O dizer o Outro é, assim, frequentemente, uma expressão aparente do dizer o Eu.

Contudo, uma compreensão ativa do Outro, da alteridade, não apaga o Eu, a identidade, nem o leva a renunciar ao seu próprio lugar no tempo e à sua própria cultura. Como defende Mikhaïl Bakhtine (1984, p. 347-348), o importante no ato de tentativa de compreensão do Outro é o sujeito da relação cognitiva dar-se conta da sua própria exotopia – no tempo, no espaço, na cultura – em relação ao que deseja compreender. A presença da alteridade constitui, aliás, uma marca indelével do próprio discurso, o qual se revela sempre ideológico e socialmente inserido. A importância de se estudarem as relações anglo-lusas reside justamente na (hetero- e auto-)informação suscetível de ser obtida sempre que um Eu escreve sobre um Outro. O debate entre o Eu e o Outro, a identidade e a alteridade, o uno e o diverso, a unidade e a multiplicidade constituem premissas indissociáveis dos Estudos Anglo-Portugueses e do próprio ato cultural, pois a comparação de culturas amplia decididamente a percepção da identidade, na constatação de uma análise simultaneamente humana e supranacional.

O estudo da imagem (do Outro) confere, assim, importância não tanto ao grau de conformidade com uma “realidade”, mas antes visa, predominantemente, a relação possível de estabelecer com o contexto político-ideológico de onde é emitida. O estudo da imagem do Outro leva sobretudo à descoberta da mentalidade, das preocupações e da sensibilidade do Eu, constituindo, por isso, um processo de autoconhecimento e até de busca da identidade. Como refere Homi K. Bhabha, “[...] o ato de identificação nunca é puro nem holístico, formando-se sempre no processo de substituição, afastamento ou projecção.” (2001, p. 560). Por vezes, o Eu denuncia-se no discurso sobre o Outro, refletindo e produzindo uma imagem de si próprio.

Correspondendo ao estudo das imagens que uma determinada nação (grupo ou indivíduo) constrói de outra(os), a imagologia inscreve-se nas várias culturas e apresenta-se no cruzamento de diversas áreas do saber, constituindo uma prática

comparatista privilegiada de cariz multidisciplinar². Nesse contexto, o seu campo teórico pode situar-se no primeiro dos três níveis enunciados por Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (2001) na sua abordagem da problemática imagológica, isto é, aquele que se reporta à vertente da comunicação das questões culturais. Esse primeiro nível, visando estabelecer uma base indispensável ao conhecimento de uma determinada época histórica, política e social, revela-se, de fato, um meio privilegiado de evidenciar auto-representações, por meio da construção de imagens do mundo anglófono em Portugal e vice-versa, em diferentes tipos de textos. Sublinhando a existência de uma *linha de divisão* entre duas culturas, os autores a estudar estabelecem, na descoberta do Outro, não só um diálogo com a alteridade, mas também com eles próprios, criando, assim, momentos em que a consciência de si mesmo tenta conciliar encontro e diferença, duas palavras-chave na comparação de culturas³.

Desse modo, deve entender-se por imagem o resultado de um processo de tomada de consciência de um Eu em relação a um Outro, pelo que a imagem resultará, em princípio, de uma distância significativa entre duas realidades culturais. A imagem institui-se, assim, como um fato cultural resultante de um intercâmbio de índole bilateral, realizado por um indivíduo ou um grupo que encara o estrangeiro e o configura, esperando, em regra, uma resposta, embora esta raramente resulte de um sentimento partilhado. Deve sublinhar-se, a propósito, que, de acordo com Gilles Deleuze (1977) e Stuart Hall (2010), as relações entre o Eu e o Outro se encontram sempre ligadas ao exercício do poder, pelo que nunca se deve escamotear a assimetria quase sempre existente entre duas culturas num dado momento histórico⁴. De fato, quando uma das nações intervenientes detém poder político-econômico claramente superior, surge a inclinação para certa dependência da parte da nação mais fraca, uma “tensão entre culturas canonizadas e não canonizadas”, para utilizar uma expressão de José Maria Pozuelo Yvancos, (2001)⁵, bem como para um elevado grau de ambiguidade

² Cf. Inicialmente bipartida em duas linhas de investigação distintas, desenvolvidas pela escola francesa de J.-M.-Carré e M.-F. Guyard, bem como pela escola de Aachen (onde se destacou o nome de Hugo Dyserinck) – estendeu-se aos grandes centros de pensamento europeus durante a década de 1970 do século XX. Postulando a necessidade de desconstruir o discurso resultante do encontro (conjuntivo ou disjuntivo) entre a identidade e a alteridade, a imagética literária e cultural invadiu, nos meios académicos, os Estudos Comparados. Mais recentemente devem ter-se em conta contributos como os de Celeste Ribeiro de Sousa (2004), Manfred Beller e Joep Leerssen (2007), Waldemar Zacharasiewicz (2010) e Maria João Simões (2011).

³ Cf. Machado e Pageaux, 2001, p. 50; Terenas, 2004, p.17; Sousa, 2004, p.9 e 146; e Simões, 2011, p.10.

⁴ Cf. Deleuze, 1977, p.18; Hall, 2010, p; 8 e 49-50; e Simões, 2011, p. 26.

⁵ Cf. Yvancos, 2001, p. 440; e Terenas, 2014, p. 18.

nas atitudes e ações praticadas por países teoricamente iguais, mas que ocupam posições muito diferentes na hierarquia internacional.

No âmbito dessas relações detectam-se, portanto, reações e procedimentos diversos e, não raro, opostos que vêm reforçar a mencionada ambiguidade. Por vezes, a(s) cultura(s) anglófona(s) foi vista pelos portugueses como indiscutivelmente superior à cultura nacional. Noutros casos, foi percebida como rival não propriamente a abater, mas a neutralizar. Alternam-se, assim, imagens de filia e de fobia face ao Outro, não raro acompanhadas de imagotipos positivos ou negativos, consoante o caso. Por seu turno, Portugal, quase sempre visto pelos países anglófonos, nomeadamente a Grã-Bretanha, como uma nação inferior, embora útil do ponto de vista dos interesses políticos e coloniais britânicos, gerou por parte destes uma imagem igualmente estereotipada⁶, sob a capa da mesma ambiguidade de fato univocamente negativa. Nessa linha, a tentativa de valorização do patriotismo luso debateu-se, não raro, com uma atitude dominadora e de sobrançeria por parte da Grã-Bretanha.

De acordo tanto com Celeste Ribeiro de Sousa como com Manfred Beller e Joep Leerssen, a imagologia emerge justamente depois de destronada a crença nas concepções essencialistas de identidade e na verdade das características nacionais. Desse modo, passou a haver uma maior propensão para desmontar imagens, não só pelo que revelam da nação que olha, mas também como são tratadas ao nível dos diferentes tipos de discurso ou formações discursivas. Os estereótipos e os imagotipos constituem, portanto, constructos subjetivos relativamente consensuais dentro de um grupo mais ou menos alargado⁷. Num processo de categorização e de generalização em que a simplificação e a redução discriminatória constituem a norma, a presença do estereótipo afigura-se incontornável na construção de imagens do Outro. Embora o estereótipo tenha geralmente uma conotação negativa, como se viu, decorrendo não raro de preconceitos, não deixa de ser expressão de um imaginário social, que se encontra subjacente aos estudos imagológicos. Para além disso, esses constructos redutores nem sempre têm uma conotação pejorativa, pelo que a utilização do lexema imagotipo (negativo ou positivo) parece fazer mais sentido, nesse contexto. Cabe, assim, ao

⁶ Deve-se entender por estereótipo um constructo social coletivo e estático, gerado por crenças partilhadas por membros de grupos, o qual se encontra geralmente associado a uma conotação negativa, levando, não raro, a certa discriminação. No entanto, também podem existir estereótipos positivos se, por exemplo, forem associados a um grupo de algum modo privilegiado. Daí que alguns autores prefiram a utilização do lexema imagotipo, pois este, identificando-se com o caráter coletivo de uma representação heterogênea e relacional, tanto pode ser positivo como negativo. (MCGARTY, 2002, p. 2-6; SIMÕES, 2011, p. 31-40).

⁷ Cf. Sousa, 2004, p. 27-28; e Beller e Leerssen, 2007: 3-7.

investigador (no caso em Estudos Anglo-Portugueses) detectar e desconstruir essas visões estereotipadas, esses imagotipos (positivos ou negativos), mediante a análise crítica de diferentes tipos de discurso/texto. Essa desconstrução deve conduzir não só a uma reflexão sobre a imagem estudada (o Outro, a alteridade), mas também a uma maior compreensão da cultura emissora (o Eu, a identidade).

A construção da imagem do Outro (da alteridade) verifica-se geralmente por uma de duas vias: o contato direto com a realidade estrangeira e/ou as leituras sobre ela. Quando existe uma deslocação real do indivíduo ao estrangeiro, a experiência da viagem constitui, quase sempre, um fator determinante para a construção de imagens do Outro. Todavia, há que distinguir as diferentes intenções de uma imagem: puro lazer, instrução, fuga de uma realidade adversa, razões de cariz profissional, causas de teor político.

De qualquer modo, deve entender-se por imagem a representação de uma realidade estrangeira, por meio da qual o indivíduo ou o grupo que a elabora traduz sempre o espaço político-ideológico no qual se situa, embora nem sempre o faça de forma totalmente ciente, como se viu. De fato, ao dizer o Outro, a alteridade, o Eu dá-se a conhecer a si mesmo, a sua identidade, nem sempre por decisão sua, mas, por vezes, por meio da análise que o estudioso prevenido (e não contemporâneo) pode fazer dos seus textos. Cabe justamente ao investigador em Estudos Anglo-Portugueses desconstruir os textos e diagnosticar esses processos. Os mecanismos conscientes, as racionalizações, as imagens que se pretendem objetivas servem, no fundo, de moldura para as motivações inconscientes, as quais colocam os primeiros a seu serviço. O dizer o anglo poder ser, assim, uma expressão aparente do dizer o luso, tal como o dizer o luso pode ser uma expressão aparente do dizer o anglo.

Na verdade, a representação do Outro (da alteridade) veicula sempre uma determinada imagem daquele que vê, pelo que o binômio “cultura que olha” e “cultura que é olhada” adquire, nesse contexto, um significado de extrema acuidade. Nesse diálogo intercultural, que atravessa os textos a analisar, a “estética da diferença” traduz-se no interesse pelo Outro, pelo diferente, pela alteridade, assim com a “estética da identidade” pela definição do Eu, com toda a carga intelectual que a sua própria cultura nele imprimiu. Esta constitui, aliás, a tese defendida por Iuri Lotman (*apud* YVANCOS, 2001), de acordo com a qual existe uma tendência dupla no seio de qualquer cultura, nela atuando sempre dois mecanismos contrapostos: a tendência para a variedade e a tendência para a uniformidade (YVANCOS, 2001; TERENAS, 2014).

As considerações referidas devem remeter para outra questão pertinente no âmbito do estudo de caso em apreço: como os anglos representam a Outra cultura ou como os portugueses representam os anglófonos? Essa interrogação evoca não só a complexa categoria da alteridade, mas também a posição e o momento a partir do qual o Outro é entendido. Se a representação de uma cultura alheia for realizada a partir de uma cultura onde o sujeito se movimenta, para representar a primeira há que atravessar um “espaço de interpretação”. Nesse caso, o problema consistirá em saber se esse espaço bloqueia, à partida, qualquer passagem interpretativa. Se se considerarem as diversas culturas do mundo como entidades conceituais autônomas, em última análise, estas só poderão ser totalmente entendidas a partir de dentro. Essa constitui, aliás, a conhecida e controversa tese da intraduzibilidade das culturas. A consequência igualmente radical dessa tese é a de que aquilo que alguém diz de fora sobre outra cultura constituirá necessariamente uma violação da autonomia conceitual desta. Embora não se partilhe da ideia de que dizer a alteridade é necessariamente uma violação da sua autonomia, considera-se que o “dizer o Outro” nunca se verifica plenamente e com total imparcialidade. Ao contrário, essa imagem é sempre filtrada por inúmeras lentes, tendo muitas delas um efeito refletor. Embora a representação possa, alegadamente, visar uma reprodução tão exata e correta quanto possível do objeto, ela reflete elementos pessoais de percepção, comportamentos, valores, preconceitos, vivências, formações, ideologias e sensibilidades⁸.

Em *The triangle of representation* (2000), Christopher Prendergast, retomando os ensinamentos de Martin Heidegger, Michel Foucault, Roland Barthes e, sobretudo, Sigmund Freud, defende que representar uma cultura significa perceber o Outro por meio do Eu. Porém, o discurso do Eu sobre o Outro reflete e projeta a identidade do sujeito, ainda que, não raro, de forma inconsciente. Trata-se de um modo de percepção que pode ser simbolicamente representado por um triângulo ou pela obra-prima de Diego Velasquez, *Las meniñas* (1656), que, aliás, ilustra o livro de Prendergast, mas que já havia sido também usado por Foucault e, depois, por Stuart Hall (2010)⁹. Assim, o Eu (sujeito, autor ou artista) retratava (aparentemente com almejada fidelidade) o seu objeto (supostamente, os Reis de Espanha, refletidos num espelho ao fundo da sala), com a presença da Infanta e da sua *entourage*. Todavia, esse retrato não passava de uma representação, pois era mediado pela linguagem pictórica e pela perspectiva do pintor,

⁸ Cf. Prendergast, 2000, p. 1-16; Babo, 2000, p. 335-347; e Terenas, 2004, v. I, p. 22.

⁹ Cf. Foucault, 1986, p. 3-4; Hall, 2010, p. 57-58; e Prendergast, 2000, p. 1-16.

que (in)conscientemente assumia o seu estatuto de mediador ao retratar-se a ele próprio na tela. Para além disso, a problemática da representação pode ainda tornar-se mais complexa se se entender que, na tela, o pintor se encontra efetivamente a retratar o casal real, cuja presença apenas se percebe por meio do tal espelho existente ao fundo da sala.

Em *Orientalism* (1978) e *Culture and Imperialism* (1994), Edward Said, entre muitos outros aspectos, conferiu particular ênfase à dimensão político-ideológica que enformava a representação discursiva, sublinhando a importância das circunstâncias históricas, sociais e políticas de que resulta uma dada representação. Esta só pode, portanto, ser entendida (e desconstruída) no contexto da sua relação com realidades mais amplas, como a política e o poder. Mediante essa perspectiva, claramente influenciada por Michel Foucault, para quem o poder se baseava muito mais em formações discursivas do que em instituições de onde geralmente se presumia dimanar, Said, ao conceber a dinâmica da representação do Outro, forneceu um instrumento metodológico com o qual se pode desafiar a tendência crônica dos povos que se consideram superiores a suprimir e a distorcer culturas e identidades consideradas Outras. Posto de outra forma, a desigualdade entre povos, a ligação ao poder e ao conhecimento e, sobretudo, a relação entre cultura e hegemonia político-econômica condicionam sobremaneira as representações da alteridade, que, embora sem qualquer correspondência com a realidade, são facilmente absorvidas pelos destinatários como tal (SAID, 1978, 1994; FOUCAULT, 1986). A representação da alteridade nunca é, portanto, uma pura transparência, mas antes uma construção, uma re-apresentação, a qual comporta, tendencialmente, disfunções, lapsos, falhas ou erros. Desse modo, a imagem de Portugal ou dos países anglófonos veiculada por textos a analisar deve ser entendida como uma representação, ou seja, um conjunto de visões percebidas pelo sujeito, por meio dos seus próprios filtros e objetivos pessoais. Em síntese, considera-se que a problemática da auto-representação e da hetero-representação constitui um elemento essencial à comparação de culturas e, portanto, indispensável ao estudo das relações anglo-portuguesas.

Deve sublinhar-se que em qualquer imagem ou representação da alteridade existe sempre um ou mais elementos de mediação. O Eu, o sujeito, revela-se inábil em identificar totalmente o Outro e apenas suscetível de o representar por meio de um ou de vários tipos de mediação. Frequentemente, um produtor de discursos sobre o Outro é um duplo intermediário, ou seja, um receptor ativo, que, num primeiro momento,

acolhe, transforma e produz imagens, e um emissor, ou seja, um escritor/artista que atua num determinado meio histórico-social e político, tendo em vista um segundo receptor, o público (leitor/espectador).

Dessas circunstâncias decorre a necessidade de se conhecer não apenas os sistemas de valores e de representação do imaginário coletivo propostos, mas também o destinatário, implícito ou explícito, das imagens do estrangeiro, ou seja, o público, o qual constitui o receptor último. Sabe-se, no entanto, que esse receptor não é totalmente passivo, pois condiciona, de alguma forma, o modo de difusão da mensagem. Assim, a reflexão sobre o papel do destinatário e a relação entre o leitor/espectador e a produção do discurso torna-se, nesse âmbito, de alguma relevância, bem como a utilização de conceitos inerentes à teoria da recepção (tal como foram propostos por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, entre outros¹⁰), suscetíveis de serem transpostos para as presentes considerações teóricas que servem também de fundamentação teórica aos Estudos Anglo-Portugueses.

De fato, os textos a analisar no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses constituem sempre uma resposta, mais ou menos óbvia, a um determinado “horizonte de expectativa”¹¹ dos leitores, dependendo não só da relação existente entre as culturas emissora e receptora, mas também da forma de assimilação de um sistema de representação do estrangeiro num dado momento histórico-político. Na verdade, trata-se de “horizontes de expectativa” diversos que coexistem num mesmo momento histórico, mas que são determinados por circunstâncias de cariz político e sociocultural diferentes. As normas, os valores, as opções político-partidárias e as preferências dos leitores condicionaram a produção de textos com vista à obtenção de êxito comercial (ISER [s.d.], p. 191-192; TERENAS, 2004, v. I, p. 35). Os leitores implícitos ou possíveis determinam, desse modo, uma série de orientações prévias, propostas pelos textos que

¹⁰ Cf. Lima, 1979; Holub, 1984; Freund, 1987; Mayoral, 1987; Fokkema e Ibsch, 1995, p. 136-164; Terenas, 2004, v. I, p. 32-33.

¹¹ Deve notar-se que se utiliza a expressão “horizonte de expectativa” num sentido mais amplo do que aquele em que foi inicialmente usado por Jauss. Assim, “horizonte de expectativa” não se reporta unicamente à inter-relação texto-leitor, mas, antes, a um processo mais abrangente que engloba a relação entre a produção de um texto (não necessariamente ficcional) e a expectativa do público leitor face ao mesmo. Aliás, o próprio Jauss viria a reconhecer o teor parcelar da sua teoria, tal como a apresentara de início, defendendo, mais tarde, que a mesma deveria ser entendida sobretudo como um contributo para uma teoria geral da comunicação, que fizesse justiça às funções de produção, recepção e respectiva interação, numa abordagem interdisciplinar. Karlheinz Stierle, por seu lado, considera óbvio que no respeitante aos textos pragmáticos o “[...] horizonte de expectativa do receptor não é analisável sem se considerar o horizonte de expectativa do produtor [...]” (1979, p. 144), pois este último tem sempre em conta a imagem do leitor e o seu papel no contexto da produção textual (JAUSS, 1978, p. 257-259; HOLUB, 1984, p. 108-109; MAYORAL, 1987, p. 59-85; FOKKEMA E IBSCHE, 1995, p. 154-155; TERENAS, 2004, v. I, p. 34).

são objeto de análise no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses. Nesse sentido, pode considerar-se que a instância receptora constitui, em grande medida, um elemento definidor do tipo de imagem do Outro (da alteridade) prioritariamente veiculado, o qual, por sua vez, se torna um eficaz detector dos problemas inerentes à cultura receptora. Aliás, o próprio ato de leitura, de acordo com as teorias da recepção e do que se designa por *reader-response criticism*, afigura-se um processo ativo de descoberta de um mundo interior do qual, até então, o leitor não tinha consciência, resultando, portanto, num acontecimento com significado social, mas também com dimensão pessoal e psíquica, isto é, numa expansão do Eu¹². Os textos a analisar deverão, assim, ser entendidos enquanto atos de comunicação, cujo objetivo reside na reformulação dos sistemas de pensamento existentes, por meio de uma *correção* da realidade. Com efeito, o leitor, ao ser confrontado com o seu contexto sociocultural e político, é convidado, pela leitura, a especular sobre o mesmo, re-apreendendo-o, re-perspectivando-o e re-construindo-o.

Partindo desses pressupostos teóricos e metodológicos, deve concluir-se que os Estudos Anglo-Portugueses, articulando constantemente a alteridade com a identidade, constituem um domínio interdisciplinar por excelência, comparatista por definição e, não raro, pluridisciplinar. O mesmo acontecendo, aliás, com áreas similares que venham a ser instituídas, como, por exemplo, os estudos anglo-brasileiros. Assim, a clarificação do objeto de estudo torna-se indispensável, pois permite não só definir e delimitar a(s) área(s) disciplinar(es) em causa, mas também evitar uma excessiva pulverização de travejamentos teóricos.

De fato, sendo essa área de estudos suscetível de abordar (pelo menos de forma parcelar) praticamente todos os ramos do conhecimento – História, Sociologia, Filosofia, Ciência, Economia, Política, Literatura ou Artes Plásticas –, o seu aparelho teórico torna-se inevitavelmente complexo, uma vez que é atravessado por orientações tão variadas como os Estudos Comparados, a Historiografia, os Estudos de Recepção, a Imagologia, a Representação e os estudos sobre Alteridade e Identidade que lhe são inerentes. A esses ainda se pode acrescentar os Estudos de Cultura, os *Media Studies* e até os Estudos de Tradução. Nesse contexto, os Estudos Anglo-Portugueses resultam de uma articulação de várias disciplinas, às quais a perspectiva comparatista oferece uma metodologia inequívoca, que, no entanto, pode exigir desenvolvimentos diferentes, consoante o tipo de texto escolhido como objeto de estudo. Assim, não se defende para

¹² Cf. Freund, 1987, p.142-143; Culler e Holland, 1980, p.117 e 124; Terenas, 2004, v. I. p.36; e Sousa, 2004, p. 73.

os Estudos Anglo-Portugueses um caráter disciplinarmente indefinido, reconhecendo-se, antes, a dimensão plural das metodologias aplicáveis em investigação e análise no âmbito da referida área de estudos, bem como a necessidade de encontrar uma abordagem teórica capaz de abarcar essa diversidade, mas, ao mesmo tempo, não passível de aplicações práticas totalmente arbitrárias. Resultantes de um ecletismo que Paul K. Feyerband denominou “proliferação” (1986)¹³, os Estudos Anglo-Portugueses tornaram-se uma área intrinsecamente multidisciplinar e, por isso, suscetível de constituir um ponto de confluência de diferentes pressupostos teóricos. Esse sincretismo verificável no recurso a diferentes quadros metodológicos deve ser entendido como uma vantagem, um elemento enriquecedor e, sobretudo, um vasto fundo suscetível de proporcionar a realização de múltiplos trabalhos, sempre atravessados pela relação entre alteridade e identidade.

Embora os Estudos Anglo-Portugueses constituam um domínio da investigação cuja autonomia há muito se afirmou nos meios acadêmicos, nomeadamente por meio dos 26 números da publicação periódica *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Jornal of Anglo-Portuguese Studies* (1990-2017), convém recordar, de forma muito breve, alguns momentos fulcrais da história das relações luso-britânicas que ocasionaram (des)encontros entre os dois povos em causa: a Tomada de Lisboa (1147), o Tratado de Windsor (1388), os casamentos entre as duas casas reais (D. João I com Philippa of Lencaster em 1387 e Charles II com D. Catarina de Bragança em 1661), o comércio do vinho do Porto, a crescente importância da comunidade britânica em Portugal e o Tratado Methuen (1703), o Terramoto de 1755, a intervenção britânica na Guerra Peninsular (1808-1814), o protetorado de William Carr Beresford (1816-1820), as lutas liberais (1828-1834), a rivalidade em África (1875-1890), o *Ultimatum* (1890), a participação anglo-lusa na Primeira Grande Guerra (1817-1818) ou as relações luso-britânicas durante o Estado Novo (1926-1974).

De um modo geral, pode concluir-se que Portugal teve sempre importância para a Inglaterra (e, mais tarde, para o Reino Unido), sobretudo nos campos da estratégia naval e militar, bem como na salvaguarda das rotas comerciais. Por isso, a utilização dos portos de Lisboa, do Rio de Janeiro ou de qualquer das ilhas atlânticas por uma potência hostil à Grã-Bretanha nunca foi tolerada por Londres, fato bem conhecido pelos

¹³ Note-se que este conceito – “proliferação” – constitui, segundo o autor, juntamente com a “crítica” e a “realidade”, as três ideias básicas no desenvolvimento da história da ciência, da filosofia e da própria civilização. Cf. Terenas, 2014, p. 7.

portugueses. Do ponto de vista britânico, essas constituíram, em grande medida, as principais razões da manutenção da multissecular Aliança. Todavia, parecia fazer parte dessa relação desigual mas duradoura que Portugal, sobretudo a partir do século XVIII, tivesse de se sujeitar às imposições britânicas. As fragilidades do país foram muitas vezes olhadas com desprezo e arrogância pela Inglaterra e por todos os britânicos que visitavam Portugal, imbuídos de preconceitos e de um claro sentimento de superioridade. Os relatos de viagens constituem, nesse âmbito, exemplos paradigmáticos, em que o encontro entre o Eu (o anglo) e o Outro (o português) contribuiu para a (des)construção de alteridades e identidades. Por seu turno, Portugal tendeu a manter uma relação de amor-ódio face a esses duvidosos amigos, particularmente visível em textos literários e jornalísticos escritos a partir da segunda metade do século XIX. Por um lado, os portugueses reconheciam nos britânicos a supremacia civilizacional, econômica e imperial, mas, por outro, não lhes perdoavam a atitude de sobrançeria com que sempre haviam olhado para o seu “pequeno aliado”. Não obstante os revezes, Portugal viu na aliança com a Grã-Bretanha mais vantagens do que desvantagens. Mesmo depois do *Ultimatum*, momento funesto das relações ambíguas (mas reveladoras), tanto a Coroa como, depois, a República reconheceram que o apoio da Inglaterra era indispensável.

Para além dos múltiplos artigos publicados na mencionada revista, várias dissertações de mestrado e teses de doutoramento têm vindo a lume. Os trabalhos têm-se centrado, na grande maioria dos casos, em análises de relatos de viajantes britânicos em Portugal (sobretudo nos séculos XVIII e XIX), na projeção de figuras históricas, literárias e/ou míticas portuguesas na literatura inglesa (como Camões, D. Sebastião ou D. Inês de Castro) ou vice-versa, figuras britânicas na literatura portuguesa (como “Os Doze de Inglaterra”, Shakespeare, William Beckford ou Walter Scott) ou, ainda, nas imagens da Grã-Bretanha na imprensa periódica lusa (sobretudo no século XIX).

Em conclusão, os Estudos Anglo-Portugueses têm como objetivo primordial reconhecer e analisar a relação de um Eu (anglo ou luso), com um Outro (luso ou anglo), pelo que se impõe, desde logo, uma reflexão cuja índole é necessariamente de cariz comparatista. De acordo com Cláudio Guillén, a predisposição do comparatista decorre da simultânea tomada de consciência da identidade, com toda a sua carga idiossincrática, e da alteridade, com tudo o que esta comporta de alheio (GUILLÉN, 2001, p. 385-405; TERENAS, 2004, v. I, p. 15). Trata-se, portanto, de uma percepção de alteridade(s), implicando constantes tensões entre o sujeito e o objeto, assim como

especulações multiformes cobrindo diferentes áreas do saber e implicando *démarches* de alcance a um tempo conjuntivo e disjuntivo. A presença do elemento estrangeiro na produção nacional constitui o ponto de partida para uma comparação (inter)cultural e, simultaneamente, o critério que permite a comparabilidade. Nesse contexto, tiveram-se em conta os processos que levam à representação de outras culturas, à (des)construção de imagens de uma realidade estrangeira ou de imagotipos, bem como às autoprojeções identitárias (não raro inconscientes) decorrentes da descoberta do Eu (da identidade) no encontro com o Outro (a alteridade). De fato, o estudo da imagem do Outro leva sobretudo à descoberta da mentalidade do Eu, ou seja, a busca da alteridade reflete e projeta, não raro com insuspeitada nitidez, a própria identidade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. J. R.; CEIA, C.; LOUSADA, I. (Coord.) *Estudos Anglo-Portugueses*. Livro de homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Colibri/CEAP, 2003.
- ALENIUS, K.; FÄLT, O. K.; MERTANIEMI, M. (Ed.) *Imagology and Cross-Cultural Encounters in History*. Rovaniemi: Pohjois-Suomen Historiallinen Yhdistys, 2008.
- _____; _____.; JALAGIN, S.(eds.) *Looking at the other: historical study of images in theory and practice*. Oulun: Oulun Yliopisto, 2002.
- BABO, M. A. A reflexividade na cultura contemporânea. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, out. 2000, n. 28, p. 335-347.
- BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.
- BARKER, A. D. (Ed.) *O poder e a persistência dos estereótipos*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004.
- BASTOS, J. G. P. O conceito de representação. Uma abordagem antropopsicoanalítica. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Colibri, 1997, n. 10.
- BELLER, M.; LEERSSSEN, J. T. (Ed.) *Imagology*. The cultural construction and literary representation of national characters. A critical survey. Amsterdam/ New York: Rodopi, 2007.
- BHABHA, H. K. Disseminação: tempo, narrativa e as margens da nação moderna. Trad. Alexandre Dias Pinto. In: BUESCU, H.; DUARTE, J. F.; GUSMÃO, M. (Org.). *Floresta encantada*. Novos caminhos da literatura comparada. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 385-405.
- BLASCO, M.; GUSTAFSSON, J. (Ed.) *Intercultural alternatives*. Critical perspectives on intercultural encounters in theory and practice. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2004.

- BUESCU, H.; DUARTE, J. F.; GUSMÃO, M. (Org.). *Floresta encantada*. Novos caminhos da literatura comparada. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001.
- CARVALHO, M. Híbridos culturais: impurezas e devires. Análise do conceito de híbrido como representação da alteridade cultural. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, out. 2000, n. 28, p. 247-270.
- CERTEAU, M. *Heterologies*. Discourses on the other. Translated by Brian Massemi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- COUTINHO, A. P. *Imagologia literária: Contornos históricos e princípios metodológicos*. Cadernos de literatura comparada. Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa/ Granito Editores e Livreiros, 2000.
- CULLER, J. Literary competence. *Reader-response criticism*. From formalism to post-structuralism. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1980.
- DELEUZE, G. *Dialogues avec Claire Parnet*. Paris: Flammarion, 1977.
- FEYERABAND, P. K. *Realism, rationalism and scientific method*. Philosophical papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- FOKKEMA, D.; IBSCH, E. The Reception of Literature: Theory and Practice of 'Rezeptionsästhetik'. In: FOKKEMA, D.; IBSCH, E. *Theories of literature in the twentieth century*. London: C. Hurst & Company, 1995. p. 136-164.
- FOUCAULT, M. *La pensée du dehors*. Paris: Fata Morgana, 1986.
- FREUND, E. *The return of the reader*. Reader-response criticism. London/New York: Methuen, 1987.
- GUILLÉN, C. Entre o Uno e o Diverso: Introdução à Literatura Comparada. Trad. Dionísio Martinez Soler. In: BUESCU, H.; DUARTE, J. F.; GUSMÃO, M. (Org.). *Floresta encantada*. Novos caminhos da literatura comparada. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 385-405.
- HALL, S. (Ed.). *Representation*. Cultural representation and signifying practices. London: Sage Publications, 2010.
- HOLLAND, N. N. Unity, Identity, Text, Self. In: TOMPKINS, J. P. (Ed.). *Reader-response criticism*. From formalism to post-structuralism. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1980, p. 124.
- HOLUB, R. C. *Reception theory*. A critical introduction. London/New York: Methuen, 1984.
- ISER, W. *The act of reading*. A theory of aesthetic response. London and Henley: Routledge and Kegan Paul, 1980.

JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. *Toward an Aesthetic of Reception*. Trad. Timothy Bahti. Minneapolis: University of Minnesota, 1982.

_____. El lector como instancia de una nueva historia de la literatura. *Estética de la recepción*. Compilación de textos e bibliografía José Antonio Mayoral. Madrid: Arco/Libros S.A., 1987. 257-259.

_____. *A literatura como provocação*. Trad. Teresa Cruz. Lisboa: Edições Vega, 1993.

LACAN, J. *The language of the self*. The function of language in psychoanalysis. Translated with Notes and Commentary by Anthony Wilden. Baltimore/London: John Hopkins University Press, 1981.

LIMA, L. C. (Coord.). *A literatura e o leitor*. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, Á. M.; PAGEAUX, D. H. *Da literatura comparada à teoria da literatura*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MARTINS, O. P. *Portugal e o outro*: textos de hermenêutica intercultural. Aveiro: Centro de Línguas e Culturas/Universidade de Aveiro, 2004.

MAYORAL, J. A. *Estética de la recepción*. Madrid: Arco/Libros S.A., 1987.

MCGARTY, C. et al (Ed.) *Stereotypes as explanation*: the formation of meaningful beliefs about social groups. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PRENDERGAST, C. *The triangle of representation*. New York: Columbia University Press, 2000.

SAID, E. W. *Orientalism*. London: Chatto & Windus, 1978.

_____. *Culture and imperialism*. London: Vintage, 1994.

SIMÕES, M. J. (Coord.) *Imagotipos literários*: processos de (des)configuração na imagologia literária. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

SOUSA, C. R. *Do cá e do lá*: introdução à imagologia. São Paulo: Humanitas, 2004.

SOUSA, M. L. M. (Dir.) *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa: CEAP, 2001.

STEINER, G. Depois de Babel. In: STEINER, G. *Aspectos da Linguagem e Tradução*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.

STIERLE, K. Que significa a recepção dos textos ficcionais. In: LIMA, L. C. (Coord.). *A literatura e o leitor*. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TERENAS, G. G. *Diagnoses especulares: imagens da Grã-Bretanha na imprensa periódica portuguesa (1865-1890)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

_____. French Mediation, the Construction of British Images and the Portuguese Press. In: COCO, P.; COUTINHO, E. F. (Ed.). *Beyond Binarisms. Crossing and contaminations: studies in comparative literature*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2009, p. 161-170.

_____. Editorial. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*. Lisboa: FCT/CETAPS, 2014, p. 7-9.

YVANCOS, J. M. P. O cânone na teoria literária contemporânea. Trad. Helena Carvalhão Buescu. In: BUESCU, H.; DUARTE, J. F.; GUSMÃO, M. (Org.). *Floresta encantada. Novos caminhos da Literatura Comparada*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 411-457.

ZACHARASIEWICZ, W. *Imagology revisited*. Amsterdam/NewYork: Rodopi, 2010.

Data de submissão: 26/07/2018

Data de aprovação: 23/08/2018